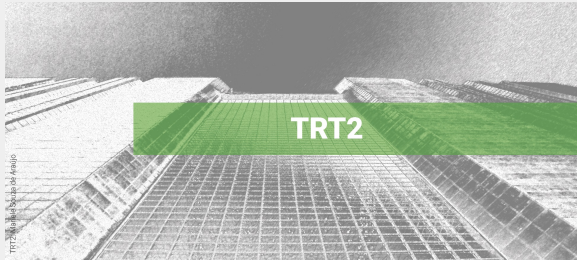


N. 20

Período: 26 a 30 maio 2025



Edital de promoção n. 19, de 20 de maio de 2025. Proad n. 27984/2025

Comunica a abertura de concurso de promoção para provimento do cargo de Juiz Titular da 1ª Vara do Trabalho de Santo André.

Portaria n. 9/CR, de 20 de maio de 2025

Prorroga a designação do Juiz Substituto do 1º Núcleo Piloto de Justiça 4.0, pelo critério de merecimento, por mais 1 (um) ano.

Ato n. 33/GP, de 22 de maio de 2025

Publica Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Regional do Trabalho da 2. Região, na forma que especifica.

Provimento n. 5/GP.CR, de 26 de maio de 2025

Dispõe sobre as intimações no Diário de Justiça Eletrônico Nacional (DJEN) e Domicílio Judicial Eletrônico (DJE).

Portaria n. 10/CR, de 26 de maio de 2025

Indica as Unidades Judiciárias que participarão do Programa “Recuperação de Vara do Trabalho” do Tribunal Regional do Trabalho da 2. Região – 2º Ciclo de Mentoria 2025 e designa os(as) Mentores(as) responsáveis, dentre outras providências.

Portaria n. 27/DGA, de 26 de maio de 2025

Altera as portarias de designação de fiscalização dos contratos administrativos celebrados no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 2. Região, na forma que especifica.

Portaria n. 28/DGA, de 26 de maio de 2025

Altera as portarias de designação de fiscalização dos contratos administrativos celebrados no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 2. Região, na forma que especifica.

Órgãos de interesse

[Portaria n. 143/CNJ, de 20 de maio de 2025](#)
Altera a Portaria n. 59/CNJ, de 23 de abril de 2019, que regulamenta o funcionamento e estabelece procedimentos sobre a Rede de Governança Colaborativa do Poder Judiciário.

[Portaria n. 145/CNJ, de 21 de maio de 2025](#)
Altera o Anexo da Portaria n. 101/CNJ, de 10 de abril de 2025, que dispõe sobre o Índice de Governança, Gestão e Infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário (iGovTIC-JUD).

[Provimento n. 194/CNJ, de 26 de maio de 2025](#)
Altera o Código Nacional de Normas da Corregedoria Nacional de Justiça do Conselho Nacional de Justiça – Foro Extrajudicial (CNN/CN/CNJ-Extra), instituído pelo Provimento n. 149/CNJ, de 30 de agosto de 2023, para dar nova redação ao art. 273 a fim de permitir o acesso às informações constantes na Central de Escrituras e Procurações (CEP) por qualquer interessado, nos termos em que especifica.

Ministério da Previdência Social

[Portaria n. 1.287/DIRBEN.INSS, de 26 de maio de 2025](#)
Altera o Livro I das Normas Procedimentais em Matéria

[Resolução n. 867/STF, de 26 de maio de 2025](#)
Altera dispositivos da Resolução n. 780/STF, de 1º de julho de 2022, que institui a Política de Governança do Supremo Tribunal Federal.

[Resolução n. 868/STF, de 26 de maio de 2025](#)
Institui a Política de Governança das Contratações do Supremo Tribunal Federal.

[Resolução n. 869/STF, de 27 de maio de 2025](#)
Dispõe sobre a Política de Gestão de Processos de Trabalho do Supremo Tribunal Federal.

Poder Legislativo

[Lei n. 15.139, de 23 de maio de 2025](#)
Institui a Política Nacional de Humanização do Luto Materno e Parental e altera a Lei n. 6.015, de 31 de dezembro de 1973 (Lei dos Registros Públicos), para dispor sobre o registro de criança nascida morta.

Conselho Federal de Medicina

[Resolução n. 2.430/CFM, de 21 de maio de 2025](#)
Dispõe sobre o ato médico pericial, a produção da prova técnica médica, estabelece critérios mínimos de segurança na construção da prova pericial, atualiza o uso de tecnologias de

[Portaria n. 155/AGU, de 22 de maio de 2025](#)
Altera a Orientação Normativa n. 44, de 22 de fevereiro de 2014, de caráter obrigatório a todos os órgãos jurídicos enumerados nos arts. 2º e 17 da Lei Complementar n. 73, de 10 de fevereiro de 1993, que institui a Lei Orgânica da Advocacia-Geral da União.

[Orientação Normativa n. 95/AGU, de 28 de maio de 2025](#)
Dispõe sobre as normas aplicáveis na eventualidade de constatação da prescrição da pretensão ressarcitória durante a fase interna ou de cobrança administrativa.

[Portaria n. 271/AGU, de 28 de maio de 2025](#)
Altera a Orientação Normativa n. 66/AGU, de 29 de maio de 2020, que dispõe sobre o respaldo jurídico para execução de contrato administrativo por filial de pessoa jurídica cuja matriz participou da licitação pública correspondente.

[Portaria n. 273/AGU, de 28 de maio de 2025](#)
Altera a Orientação Normativa n. 11/AGU, de 1º de abril de 2009, que trata da contratação direta com fundamento no inciso IV do art. 24 da Lei n. 8.666, de 1993 ou no inciso VIII do art. 75 da Lei n. 14.133, de 2021.

de Benefícios, aprovado pela Portaria n. 990/DIRBEN.INSS, de 28 de março de 2022, que disciplina os procedimentos e rotinas que versam sobre cadastro, administração e retificação de informações dos Segurados e Beneficiários no âmbito do INSS.

Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos

[Instrução Normativa n. 213/SEGES.MGI, de 29 de maio de 2025](#)

Dispõe sobre os procedimentos administrativos para a organização e a previsibilidade das férias dos colaboradores terceirizados nos contratos de prestação de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, de que trata o inciso I, art. 3º, do Decreto n. 12.174, de 11 de setembro de 2024, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

comunicação na avaliação médico pericial e revoga as Resoluções n.s 1.497/CFM, de 8 de julho de 1998, e 2.325/CFM, de 13 de outubro de 2022.

Poder Executivo

[Decreto n. 12.470, de 27 de maio de 2025](#)

Autoriza, em caráter excepcional, a prorrogação dos prazos para atendimento das cláusulas suspensivas dos convênios e contratos de repasse celebrados no período de 1º de setembro de 2023 a 31 de dezembro de 2023, e altera o Decreto n. 11.531, de 16 de maio de 2023, que dispõe sobre convênios e contratos de repasse relativos às transferências de recursos da União, e sobre parcerias sem transferências de recursos, por meio da celebração de acordos de cooperação técnica ou de acordos de adesão.

[Portaria n. 274/AGU, de 28 de maio de 2025](#)

Altera a Orientação Normativa n. 13/AGU, de 1º de abril de 2009, que dispõe que empresa pública ou sociedade de economia mista que exerça atividade econômica não se enquadra como órgão ou entidade que integra a administração pública, para os fins de dispensa de licitação.

[Portaria n. 275/AGU, de 28 de maio de 2025](#)

Altera a Orientação Normativa n. 14/AGU, de 1º de abril de 2009, relativa aos contratos firmados com as fundações de apoio com base na dispensa de licitação.

Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região

Rua da Consolação, 1272 – 5º andar
CEP 01302-906 - São Paulo - SP - Tel: (11) 3150-2359

Elaborado pela Secretaria de Gestão Jurisprudencial, Normativa e Documental

